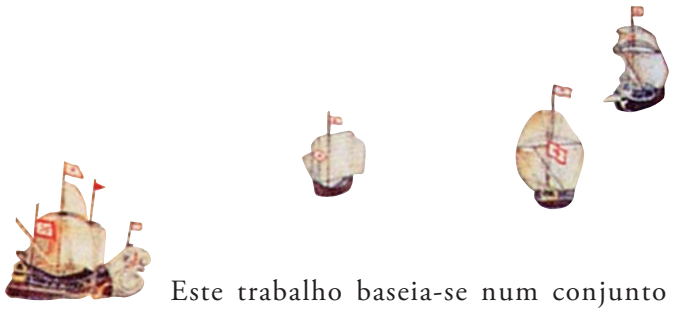
A Presença Judaica em Macau, Nagasáqui e Manila no Século XVI

O Caso Ruy Perez

Lúcio de Sousa*



INTRODUÇÃO

Um dos aspectos menos conhecidos da história dos judeus é o importante papel dos seus descendentes convertidos ao Cristianismo, os chamados cristãos-novos/conversos, na expansão comercial europeia no Extremo Oriente, em particular nas cidades de Macau, Nagasáqui e Manila. Estas comunidades, compostas por grandes armadores, ricos e médios comerciantes, agentes comerciais, soldados, mercenários revelam-nos a complexidade, dinâmicas e riscos de vidas construídas à margem de uma sociedade europeia maioritariamente cristã. Mantidas e estimuladas pelo comércio, estas comunidades sefarditas desempenhariam um papel fundamental nas actividades económicas do Extremo Oriente.

No presente ensaio iremos apresentar um estudo sobre a diáspora da família Perez no Extremo Oriente e, através dela, descobrir um pouco da história das comunidades sefarditas em Macau, Nagasáqui e Manila no século XVI.

Ruy Perez, a nossa personalidade principal, uma das mais famosas entre os mercadores de Macau, Nagasáqui e Manila, encaixa perfeitamente no mito do judeu errante, amaldiçoado por Jesus e condenado a vaguear pelo mundo eternamente...

Este trabalho baseia-se num conjunto de documentos inéditos, a publicar brevemente, que atestam a existência de uma importante rede comercial sefardita no Sudeste Asiático e Extremo Oriente.

No decorrer do presente artigo, utilizaremos o termo cristão-novo em vez de converso. Cristão-novo é um termo que surge por contraste a cristão-velho e procura distinguir aqueles cuja fé está em conformidade com a Igreja Católica Romana, dos que, por terem mudado de religião recentemente, ainda não conhecem todos os preceitos da doutrina católica, doutrina essa que poderiam prejudicar, misturando influências judaicas. A razão da nossa escolha apoia-se na circunstância de a documentação de origem portuguesa utilizar o termo cristão-novo e não o termo converso. Não nos parece que fosse adequado utilizar um termo diferente do utilizado nos processos em língua portuguesa. Este termo também aparece em muitos processos inquisitoriais produzidas no continente americano.

A COMUNIDADE SEFARDITA DE MACAU

Em traços largos – contrariamente à experiência espanhola, onde a conversão dos judeus ao Cristianismo, forçada ou espontânea, duraria longos períodos –, a conversão forçada dos judeus em Portugal ocorreria repentinamente, como parte de um projecto do rei D. Manuel I para evitar que os judeus saíssem de Portugal. Paralelamente, os "novos cristãos" ou "recém-convertidos judeus", são encorajados por diversas

Pormenor de um mapa de Nagasáqui. Pintura sobre papel, meados do século XVII (Biblioteca de Nagasáqui).

* Doutorado em Estudos Asiáticos pela Universidade do Porto. Investigador do NICPRI (Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais) da Universidade de Évora e bolseiro pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Ph.D. in Asian Studies from Oporto University, currently Research Associate at the NICPRI (Centre of Research in Political Science and International Relations) *and post-doctoral fellow from the Portuguese Foundation for Science and Technology.*

leis e privilégios a integrarem-se completamente na sociedade portuguesa, ou seja, a serem "verdadeiros cristãos". Adicionalmente, a veracidade da conversão não seria examinada até ao momento em que a loucura messiânica de David Reubeni[1] acende o judaísmo" escondido" ou "cripto-judaísmo" das comunidades cristãs-novas[2] e determina a introdução de um sistema inquisitorial. Transcorridos vários anos de negociações, a bula *Cum ad nihil magis* é finalmente publicada em Évora, onde então residia a Corte, em 22 de Outubro de 1536.[3] Toda a população da cidade foi convidada a denunciar os casos de heresia de que tivesse conhecimento. O primeiro livro de denúncias feitas na Inquisição, e iniciado em Évora, teve continuidade em Lisboa a partir de Janeiro de 1537, quando o rei D. João III regressa a esta cidade.[4] Até 1541 – data em que foram criados os tribunais de Coimbra, Évora, Porto, Lamego e Évora –, existia apenas a Inquisição portuguesa que funcionava junto à Corte. Em 1560 é fundado oficialmente o Tribunal da Inquisição em Goa, seguido de perseguições religiosas em Cochim e Malaca,[5] centros de comércio sefardita. Dizia-se, por graça, que se os cristãos-novos/conversos fossem todos levados, o Estado português da Índia ficaria despovoado.[6] Se motivações religiosas e políticas determinaram a fuga dos sefarditas de Goa, Cochim e Malaca, considerações económicas[7] convenceram-nos a escolher a China e, em particular, Macau, para viverem. Contudo, nem mesmo a cidade de Macau estaria isenta da influência inquisitorial. De facto, teoricamente, Macau dependia directamente da Inquisição de Goa, relativamente aos chamados "casos de fé". Esta última recebia todas as denúncias enviadas pelos seus representantes, os chamados comissários.[8]

À excepção das grandes famílias mercantis cristãs-novas/judaicas que investiam na Carreira da Índia, os descendentes dos judeus da Península Ibérica estavam impedidos de viajar para a Ásia. Em Almeirim, a 15 de Março de 1568, o então rei de Portugal, D. Sebastião (1554-1578), promulgava uma importante lei onde se estabelecia que nenhum cristão-novo podia viajar para a Índia sem licença do monarca. Qualquer passageiro de origem judaica que desobedecesse a esta lei seria imediatamente preso, os seus bens confiscados, metade dos quais reverteriam para a Coroa e a outra metade para o acusador. Os capitães das armadas que viajavam anualmente de Lisboa para Goa eram também obrigados a verificar se, nos seus barcos, algum dos passageiros era de origem judaica. Caso algum fosse encontrado, seria imediatamente preso e enviado para Portugal para ser julgado. A 20 de Março de 1568, a mesma lei é completada com uma pequena apostila dirigida aos capitães das naus. Nesta nota suplementar os capitães eram instruídos a elaborarem um pequeno processo informativo sobre os acusados, o qual conteria os relatos das testemunhas de acusação.[9]

Os primeiros documentos que revelam claramente a presença judaica sefardita na China são escritos depois da tragédia de 1573, ano em que os principais comerciantes portugueses morrem no naufrágio na rota Macau-Japão. Além de perdas de 800 mil cruzados, o naufrágio – com a morte prematura do visitador da Companhia de Jesus, Gonçalo Alvarez, e do mercador Jerónimo Fernandes – geraria um vazio político e religioso em Macau,

O vazio religioso viria a ser colmatado, em 1574, quando o padre italiano Alessandro Valignano é nomeado visitador da Companhia de Jesus da China e do Japão,[10] e o vazio político, pelo cristão-novo Bartolomeu Vaz Landeiro,[11] conhecido como o "rei dos Portugueses".[12]

Landeiro nasce em data incerta e é provavelmente originário de Póvoa de Santa Iria, próximo de Lisboa. Em 28 de Março de 1559, Pero Vaz de Sequeira parte para Goa a bordo da nau *Flor do Mar*, capitaneada pelo capitão-mor da Armada da Índia. Com ele viajam, muito possivelmente, vários elementos da família, sendo possível identificar dois sobrinhos: Sebastião Jorge/Bastião Jorge Moxar e Vicente Landeiro, os quais capitaneariam os barcos comerciais do tio. Sabemos ainda que do seu casamento nasceriam duas filhas que viveriam em Macau nas décadas de 70 e 80 do século XVI.[13]

Não é, pois, de estranhar que seja a partir desta época, quando o referido comerciante sobe ao poder, que a presença judaica se revela extremamente importante. Em 1579, os cristãos-novos tentam negociar com as autoridades chinesas um lugar em Macau onde pudessem construir uma sinagoga: "casa e lugar secreto pêra suas cerimonias".[14] Por essa altura já viviam na cidade 300 cristãos-novos, fugidos à Inquisição de Goa.[15] Se a cada cristão-novo associarmos um núcleo familiar – se bem que alguns pudessem ser solteiros –, o número de pessoas seria mais elevado. Esta notícia prova, igualmente, que a rede sefardita que, vinda de de Cochim, se estabelecera em Malaca,

A procissão da Inquisição em Goa, *in* Bernard Picart, *Cérémonies et coutumes religieuses de tous les peuples du monde*, Amesterdão, 1723.

com o início das perseguições inquisitoriais se deslocara, gradualmente, para Macau.

Três anos depois, em 1582, António Garcês,[16] outro cristão-novo,[17] seria capitão-mor da viagem comercial ao Japão. Surpreendentemente, tanto o poder político como o poder económico em Macau são controlados pelos sefarditas. Os mercadores privados estão sob a égide de Landeiro, e o poder político e judicial nas mãos de Garcês, então capitão-mor da cidade. Esta colaboração não seria meramente superficial, já que Garcês constará como procurador e agente comercial de Landeiro, tendo autorização para receber e cobrar tecidos, dinheiro, armas, mercadorias, ouro, prata, escravos e quaisquer coisas que pertencessem por direito ao mercador. Podia ainda vender, trocar, alterar, investir os bens de Landeiro em todas as localidades, acedendo a elas quer por mar, quer por terra.[18] Este aspecto não deixa quaisquer dúvidas de que os descendentes dos judeus na China representavam um importante contributo para o desenvolvimento das actividades mercantilistas e para a construção do poder económico europeu no Extremo Oriente.

Estas novas movimentações comerciais e a intervenção dos cristãos-novos não passam despercebidas à Inquisição de Goa, a qual seria continuamente actualizada pela rede de informadores que actuavam em todas as comunidades portuguesas. É na sequência de novas informações que o capitão-mor Aires Gonçalves de Miranda,[19] sucessor do cristão-novo António Garcês, em 1583 é portador de uma ordem para enviar para Goa, presos, todos os judeus (cristãos-novos) que viviam em Macau.[20]

Chegado à cidade, desconhecemos que tipo de negociações se teriam encetado entre o capitão-mor e os habitantes da cidade. Contudo, o plano do capitão-mor Aires Gonçalves de Miranda não se realiza e os principais sefarditas permanecem na cidade. O caso de Landeiro é flagrante, já que o seu nome – sendo ele o comerciante mais rico da cidade e um dos principais organizadores da aceitação de Filipe II de Espanha como monarca português –, misteriosamente não consta do Relatório oficial enviado para a Europa e onde surgem os nomes dos principais nobres e comerciantes. Os nomes dos seus familiares também não aparecem mencionados.[21] A única explicação possível para esta ausência encontra-se nas leis anti-judaicas que estabeleciam que nenhum cristão-novo podia viajar para a Índia ou ocupar algum cargo no aparelho administrativo do Império sem autorização do monarca.

Em 1579, os cristãos-novos tentam negociar com as autoridades chinesas um lugar em Macau onde pudessem construir uma sinagoga: "casa e lugar secreto pêra suas cerimonias".

A 13 de Fevereiro de 1583, a embarcação capitaneada por outro cristão-novo, Sebastião Jorge, parte de Macau com destino a Manila.[22] Apesar do mau tempo enfrentado, o junco chega ao seu destino a 27 de Março, depois de 43 dias de viagem. Durante a estadia dos comerciantes, consegue-se um acordo comercial informal entre o capitão e as autoridades das Filipinas,[23] estipulando-se o envio anual de navios comerciais de Macau para Manila. A abertura da rota directa Macau-Manila conseguia unir finalmente as rotas espanholas "*Carrera de Indias/Flota de Indias--Galeón de Manila*" às rotas portuguesas "*Carreira da Índia-Viagem da China*", tornando-se na primeira grande rota comercial a nível global.

Contudo, durante a década de 80, a Inquisição de Goa consegue capturar cinco habitantes de Macau: em 1582, Luís Pardo; em 1585, Francisca Teixeira e o Pe. Francisco de Azurara; em 1586, António de Nóbrega; e, em 1587, Pêro Fernandes d'Arias.[24] Infelizmente não chegou até nós o conteúdo dos referidos processos. Dos acusados, apenas dois o são por judaísmo (Luís Pardo e Francisca Teixeira). Três podem ser incluídos num mesmo episódio. Quando Francisca Teixeira é acusada de judaísmo, o seu marido Pêro Fernandes d'Arias, também cristão-novo, suborna o Pe. Francisco de Azurara e obtém informações sobre as diligências secretas realizadas pela Inquisição de Goa contra a esposa. Descobertos, ambos são presos e o Pe. Francisco de Azurara sentenciado por ter revelado os autos de inquirições realizados em Macau "à pessoa que nellas vinha culpada", e Pêro Fernandes d'Arias, "por peitar[25] certas pessoas que trazião as culpas de sua molher para este Santo Officio".[26] Sobre Francisca, sabemos que era natural de Macau, filha de Manuel Teixeira e de Inês Gomez, ambos portugueses de ascendência judaica, possivelmente fugidos da Inquisição. Manuel Teixeira tinha ainda um irmão de nome Estevão Gomez que vivia na Índia. Na cidade de Macau nascem as três irmãs de Francisca Teixeira: Leonor da Fonseca (em 1577), que também seria capturada pela Inquisição de Goa em 1594,[27] Mécia Leitoa, que casara com Ruy Boto (provavelmente cristão-novo)[28] e que faleceria nos finais da década de 80, e Ana de Mascarenhas que virá a casar com Adrião de Almada (provavelmente cristão-novo)[29] e, posteriormente, com António Ferreira, cristão-velho, e viverá em Chaul.[30]

À excepção de Francisca, nenhum dos restantes cristãos-novos de Macau é capturado ou julgado pela Inquisição e a cidade permanece inexpugnável.

Contudo, esta aparente segurança é de curta duração e a atenção voltará a recair sobre a comunidade sefardita de Macau quando, em 1587,[31] o comerciante cristão-novo Rui Perez e os seus dois filhos escolhem a cidade para viver.

Perez nasce em Viseu nos finais da década de 20, início da década de 30 do século XVI,[32] no seio de uma família de origem judaica.

A sua vida, antes de chegar à Ásia, permanece um mistério. Na faixa etária dos 40 anos torna-se pai de dois rapazes: António Rodrigues (n. 1571[33]) e Manuel Fernandes (n. 1575).[34] Testemunhos contemporâneos de Rui Perez afirmam que a sua família tinha sido perseguida pela Inquisição e, por essa razão, partiria para a Índia sem a esposa e apenas com os dois filhos:

> "*fama entre los portugueses que a venido huyendo de Portugal para la yndia e dezian que benia huyendo de la Santa Inquisiçion el y dos hijos y de Goa se bino a macan.*"[35]

Curiosamente, o próprio nome Rui Perez, ou talvez Rui Pires, não é mencionado nos processos da Inquisição portuguesa nem se encontra no grupo de cristãos-novos provenientes de Viseu.

Prefiguramos que Rui Perez se tratasse de um nome fictício. Os próprios filhos, como mais tarde explicaremos, também mudam de nome durante o tempo em que vivem no Extremo Oriente. O mais velho chega, inclusive, a ser conhecido por três nomes diferentes.[36]

Perez pertence certamente a uma família de origem judaica abastada e é alfabetizado.

A sua figura é famosa em todo o Estado da Índia portuguesa, e os seus traços semitas, principalmente o nariz adunco, também contribuirão para que, onde quer que vá, seja imediatamente identificado como judeu.[37]

Desconhecemos o ano exacto em que Perez foge com os filhos de Portugal para a Índia. No entanto, sabemos que os tentáculos da Inquisição, a rede de informadores do Tribunal da Inquisição, o obrigam a escapar de Goa[38] para Cochim, Malaca e Macau.[39]

Em Macau, o seu passado seria rapidamente descoberto pela comunidade mercantil. À sua chegada, "*en macan chicos e grandes lo tenian por judio y de casta de judios y dezian quien diablo los traxo a esta çiudad a este judio no basta los que aca estan.*"[40]

A FUGA DA FAMÍLIA PEREZ PARA NAGASÁQUI

Na ausência de Inquisição em Macau e na impossibilidade desta aqui ser fundada, o bispo Leonardo de Sá O.C. (1581-1597) era o representante oficial desta Instituição, fiscalizando a actividade religiosa dos habitantes. Criticado pela Inquisição goesa, que defende que a "jurisdição" do bispo "sobre as cousas da Inquisição" deveria ser alterada e substituída por visitas regulares de "um dos dos inquisidores" (caso estivessem dois em Goa) ou, em alternativa um deputado(representante da Inquisição) "de crédito e confiança."[41] É na sequência desta correspondência que a Inquisição de Goa decide intervir localmente em Macau.

As informações destas comunidades cripto-judaicas a viverem na periferia do Império incomoda Goa e, em 1584, o inquisidor-geral, Rui Sodrinho de Mesquita,[42] procura nomear quem visitasse as "partes do Norte, Malaca e China". No ano seguinte, a 22 de Março, esta vontade é reiterada e igualmente adiada. No ano de 1586, já como inquisidor Tomás Pinto,[43] frisa-se a necessidade de averiguar a pureza de sangue em Malaca e China.[44]

> "verá Vossa Alteza como o Judaísmo está quieto, posto que mais verossímil é que o tem encoberto, porque os da nação estão espalhados per algumas partes do estado como China, Malaca, Cochim e nas fortalezas do Norte, onde há muitos indícios que fazem suas cerimônias e a gente não ousa denunciar aos vigários pelos respeitos que estão achados".[45]

Em 1587[46] chega à cidade o capitão João Gomes Fayo[47] com uma comissão e provisão do Tribunal do Santo Ofício de Goa para prender todos os cristãos-novos que "*judaizavan",* prometendo dar metade dos bens ao denunciador, sendo a outra metade para o fisco da Inquisição.[48]

A causa apresentada era uma proibição, ainda vigente, de que nenhum homem de origem judaica podia viajar para Malaca, China e Japão.[49]

Em Macau, a chegada de João Gomes Fayo gera imediatamente uma enorme polémica entre os comerciantes de origem judaica e os comerciantes cristãos. Esta contestação rapidamente se transforma numa importante revolta dos comerciantes cristãos-novos contra os restantes.[50] Sobre o desfecho deste conflito não possuímos mais nenhum documento. Contudo, podemos afirmar que os cristãos-novos de Macau se sagrariam vencedores, já que nenhum comerciante de origem judaica seria enviado para Goa.[51] Esta resolução seria estribada e assegurada pelos cristãos-novos aos seus semelhantes. O episódio apresentado demonstra, igualmente, a coesão e importância real desta comunidade sefardita, a qual tinha conseguido obter da comunidade macaense o incumprimento da lei anti-judaica e o silêncio da Companhia de Jesus e do bispo da cidade.

Não obstante, existiria uma excepção: a família de Perez. Recém-chegada, e ainda sem alianças dentro da comunidade, torna-se o bode expiatório da comunidade cristã-nova. Esta família serviria de exemplo para provar que, em matérias de fé, o bispado

HISTORIOGRAFIA

de Macau estava bastante atento e a sua prisão evitaria averiguações mais aprofundadas relativamente aos cristãos-novos da cidade. Perez é, assim, formalmente acusado[52] de judeu ao ouvidor[53] Damião[54] Gonçalves,[55] personalidade que então representava o poder judicial da Coroa na cidade. Paralelamente, todos os membros são oficialmente perseguidos por ordem do bispo D. Leonardo de Sá,[56] provavelmente pressionado pelo capitão João Gomes Fayo. O filho mais velho de Perez, António Rodrigues, é a primeira vítima. Preso por ordem do bispo, consegue negociar com as autoridades a sua libertação condicional, pagando uma fiança, apenas para participar na viagem comercial Macau--Japão. Em vez de regressar a Macau, como teria sido acordado, foge para Nagasáqui, nunca mais regressando à cidade.[57]

A segunda vítima seria o próprio Rui Perez. Perseguido por João Gomes Fayo, acaba por ser auxiliado pela pessoa mais insuspeita de toda a cidade: o próprio capitão-mor Jerónimo Pereira. O representante da Coroa portuguesa,[58] autoridade máxima da cidade, esconde Rui Perez e o filho na nau com destino ao Japão. Contudo, uma importante questão fica por responder: porque é que o capitão-mor da cidade Macau transporta Rui Perez e filho mais jovem para o Japão, contrariando as ordens do rei, do bispo e da Inquisição goesa, colocando a própria carreira em risco?

Este auxílio tem a sua origem numa coincidência extraordinária: a relação entre Rui Perez e Jerónimo Pereira era muito antiga, tendo começado em Portugal, já que ambos eram naturais da mesma cidade, Viseu,[59] na região da Beira.[60] No final do século XVI, Viseu era uma cidade pequena, com uma população rondando 2600 habitantes.[61] É, portanto, muito natural que todos os moradores se conhecessem. É também graças à amizade entre os dois comerciantes que a vida de Rui Perez é novamente salva. Com a conivência do capitão--mor Jerónimo Pereira, o mercador e o filho mais novo viajam escondidos até ao Japão.

A grande nau comercial que os transportaria até um lugar mais seguro chega, a 16 de Agosto de 1588,[62] ao porto de Nagasáqui então centro de um florescente comércio entre a China e o Japão. À sua chegada, era aguardado pelo filho mais velho, o mercador António Rodrigues, o qual, além de viver em Nagasáqui há algum tempo,[63] expandira os seus negócios de Macau para as Filipinas.[64] As perseguições contra a família Perez não eram um impedimento suficiente para deixar de investir, até porque, como referimos, os cristãos--novos de Macau participavam activamente nas redes comerciais do Sudeste Asiático e do Extremo Oriente.

Perez não regressará mais à China e o seu salvador, o capitão-mor Jerónimo Pereira, depois de regressar a Macau, onde chega a 1 de Abril de 1589, suicida--se, atirando-se ao mar, deixando chocada toda a comunidade portuguesa.[65]

A família Perez instala-se na cidade por um período de três anos,[66] mais precisamente de 1588 a 1591.[67] Primeiramente viveriam em casas arrendadas por dois japoneses de nomes cristãos, Justa e Justino,[68] e os últimos seis meses seriam passados na rua de Shimabara (Shimabaramachi 島原町), em casas arrendadas a Tacaqui António,[69] irmão de Tacaqui Luís, um dos *otonas* da cidade.[70] O filho mais velho, António Rodrigues, apenas permaneceria por um período de 20 a 30 dias nesta última habitação, partindo[71] para Manila.

Segundo alguns testemunhos, Rui Perez e os filhos andavam geralmente sós[72] e falavam pouco com os restantes portugueses.[73] Os seus comportamentos na cidade de Nagasáqui destacam-nos dos restantes comerciantes, algo que é salientado pelos japoneses.

> "quanto a seus custumes que vivia bem, e que não andava com mulheres, e que continuava com a Igreja..."[74]
>
> "dizendo que os dous filhos erão homens decentes, e que o pay os encaminhara bem..."[75]
>
> "os dous filhos erão homens recolhidos, e que não conversavam muito com a gente, mas que lhe parecia que o não fazião com nenhum ruim intento, mas pllo pay lhes dar bons conselhos, e os trazer bem encaminhados."[76]

A COMUNIDADE SEFARDITA DE NAGASÁQUI

Inesperadamente, a casa de Perez era frequentada por muitos cristãos-novos que não se importavam que os reconhecessem como tal.[77] Aí conversavam e jogavam[78] e, outras vezes, Perez visitava a casa de outros portugueses para o mesmo efeito.[79]

Dentro da comunidade sefardita destacam--se algumas personalidades como, por exemplo, o comerciante Francisco Rodrigues Pinto (n. 1551),[80]

Estandarte da Inquisição de Goa.

casado e morador na cidade de Nagasáqui,[81] que mantinha boas relações com os jesuítas. A sua origem judaica era conhecida em toda a comunidade europeia, algo que não o impedia de testemunhar a favor da Companhia de Jesus ou de manter uma interessante amizade com o bispo do Japão, D. Luís Cerqueira (1598-1614), que o caracterizava como "*de mucho hablar, es hombre de bien y que no deixara de hablar verdade en negocio de juramento.*"[82]

Apesar de desconhecermos o momento exacto em que este comerciante começou a viver em Nagasáqui, sabemos que vive nesta cidade entre 1588 e 1601. A riqueza e a relação estabelecida com os jesuítas devem ter contribuído para que nenhum processo inquisitorial tivesse sido elaborado contra a sua pessoa e tivesse conservado o anonimato na região.

Esta amizade também era extensiva ao comerciante sefardita Manuel Rodrigues (n. 1547), também amigo de Perez, de quem o bispo dizia ser "*judio de nacion, pero hombre de bien y de verdad*".[83] Casado, Manuel Rodrigues escolhera Nagasáqui para morar[84] e onde viveria, pelo menos, entre 1588 e 1601. A sua amizade com Perez teve início em 1588. Rodrigues também consegue escapar às perseguições inquisitoriais e nunca será capturado.

Outros dos frequentadores mencionados eram os cristãos-novos Paulo Gonçalves, comerciante de profissão e também morador em Nagasáqui,[85] Pero Rodriguez Nabo, entretanto falecido,[86] o comerciante Góis, que viajaria pouco depois para o Sião,[87] Diogo Jorge (Diego Jorge) e Vilela Vaz. Estes últimos dois conheciam a família de Rui Perez em Portugal.[88]

Diogo Jorge era natural de Lisboa, onde nascera no ano de 1559.[89] Ainda jovem, partira para a Índia, passando a fazer parte da comunidade sefardita que vivia em Macau no início da década de 80 do século XVI. Quando, em 1583, o capitão-mor Aires Gonçalves de Miranda viaja para Macau com o objectivo prender todos os comerciantes de origem judaica e os enviar para Goa, ele é uma das pessoas abrangidas por esta lei. Apesar desta missão do capitão-mor falhar, Diogo Jorge fica conhecido na região como sendo de origem judaica.[90] Dez anos depois, em 1593, fugirá para Manila, onde será cuidadosamente observado pela Inquisição.[91] Quanto a Vilela Vaz, não temos qualquer informação adicional sobre a sua biografia. O único detalhe conhecido é que, à semelhança de Diogo Jorge, anos depois viajará para Manila. Sabemos que será perseguido pela Inquisição, conseguindo fugir sem deixar qualquer pista sobre o itinerário da sua fuga.

Também o importante comerciante António Garcês, que fora capitão-mor de Macau em 1582, se tornou amigo de Perez.[92] O que as autoridades eclesiásticas desconheciam é que Garcês também era cristão-novo.[93] A sua fixação na cidade japonesa ocorreria após 1587, quando o capitão-mor Jerónimo Pereira o envia ao Japão para tentar levantar junto de Toyotomi Hideyoshi a proibição contra os religiosos da Companhia de Jesus, instaurada em 1587.[94] Contudo, o caso de António Garcês seria um tanto distinto dos restantes cristãos-novos. Quando Rui Perez chega a Nagasáqui, sendo a sua origem judaica demasiado conhecida, Garcês avisa outros cristãos-novos, como o alferes Pero de Solis, asturiano, a viver à altura na cidade, para terem cuidado. Tanto Garcês como Solis deixariam os seus testemunhos nas investigações inquisitoriais a Rui Perez, contudo a sua origem judaica não seria detectada.[95]

Também dois dos *otonas* de Nagasáqui – Soin Tomé, com a sua moradia em frente da casa de Rui Perez[96] e Tacaqui Luís, por viver na mesma rua[97] – privavam com a família de cristãos-novos. Este facto demonstra que Rui Perez tinha poder económico suficiente para viver numa das áreas mais importantes da cidade, frequentada pela elite mercantil e administrativa.

Em Nagasáqui, a família Perez tenta manter a discrição. Os seus filhos são conhecidos por diversos nomes, para assim afastarem as suspeitas de judaísmo. António Rodrigues (n. 1571[98]) é conhecido por Francisco Rodrigues[99] ou por João Rodrigues,[100] e Manuel Fernandes (n. 1575) por Luís Rodrigues.[101]

Apesar da discrição mantida pela família e da mudança de identidade, a presença anual de comerciantes portugueses em Nagasáqui, a maioria dos quais oriundos de Macau, compromete a vida de Perez. A sua ascendência judaica é rapidamente conhecida e publicitada na cidade, causando descontentamento, principalmente entre os cristãos japoneses, escandalizados por Rui Perez comer carne nos dias proibidos do calendário cristão, particularmente na época da Páscoa. Dizia-se então, que, para disfarçar o crime, colocava as penas das aves que matava dentro de um saco[102] e que as deitava nas latrinas.[103] Este boato surgiria da parte de Justa, a proprietária da casa que arrendara e com quem se desentenderia por motivos desconhecidos,

provavelmente por esta e outras difamações.[104] Também o comerciante português Salvador de Figueiredo, morador nessa cidade, afirmava que se dizia por Nagasáqui que, à hora da refeição, Rui Perez se fechava numa sala com os seus filhos para que ninguém os observasse a comer.[105] Já o comerciante Jorge Durôis afirmava que, por três vezes, estando em casa de Perez à hora da refeição, os vira entrar para um compartimento, onde comeram sós, com as portas fechadas, sem que os escravos os servissem. Este comportamento seria considerado suspeito por Durôis, já que os portugueses tinham por costume comer em público, sendo servidos pelos escravos.[106] Indignado, o referido comerciante acusaria Perez ao vice-provincial da Companhia de Jesus, o Pe. Pedro Gomez, o qual, pelo menos aparentemente, reprovaria esse comportamento.[107] O que Durôis desconhecia é que o próprio jesuíta Pedro Gomez (1535-1600) também era de ascendência judaica.[108]

A FUGA DE RUI PEREZ PARA MANILA

Os rumores de comer carne por ser judeu eram mais fortes que a evidência física de Rui Perez, um homem "velho e fraco, branco de rosto, nariz grande e pés grandes",[109] debilitado pela asma,[110] com problemas na coluna vertebral (andava torto),[111] sem dentes,[112] entre os 60[113] e os 70 anos de idade.[114] As suas forças eram de tal forma escassas que tinha de ser quotidianamente ajudado a vestir-se, tarefa realizada pelo filho Manuel Fernandes.[115]

Assustado por ter um homem "da casta dos judeus" nas suas casas, Tacaqui António ameaça expulsar Rui Perez porque comia carne às sextas-feiras e sábados, algo interdito aos cristãos. O conflito é apaziguado quando Rui Perez assegura ao caseiro que o fazia por ser "velho e doente e ter licença do seu confessor".[116] Efectivamente, esta autorização tinha sido emitida pelo Pe. António Lopes, então reitor do Colégio da Companhia de Jesus em Nagasáqui.[117] Tanto os jesuítas António Lopes como Gregório de Cespedes manifestavam compaixão pela condição de Perez, afirmando "que era cousa trabalhosa ser cristão novo, porque com elle ter dado licença a Ruy Perez para comer carne na Quaresma por ser velho, e doente, todavia os Jappões se escandalizavão disso e lho vinhão acusar".[118]

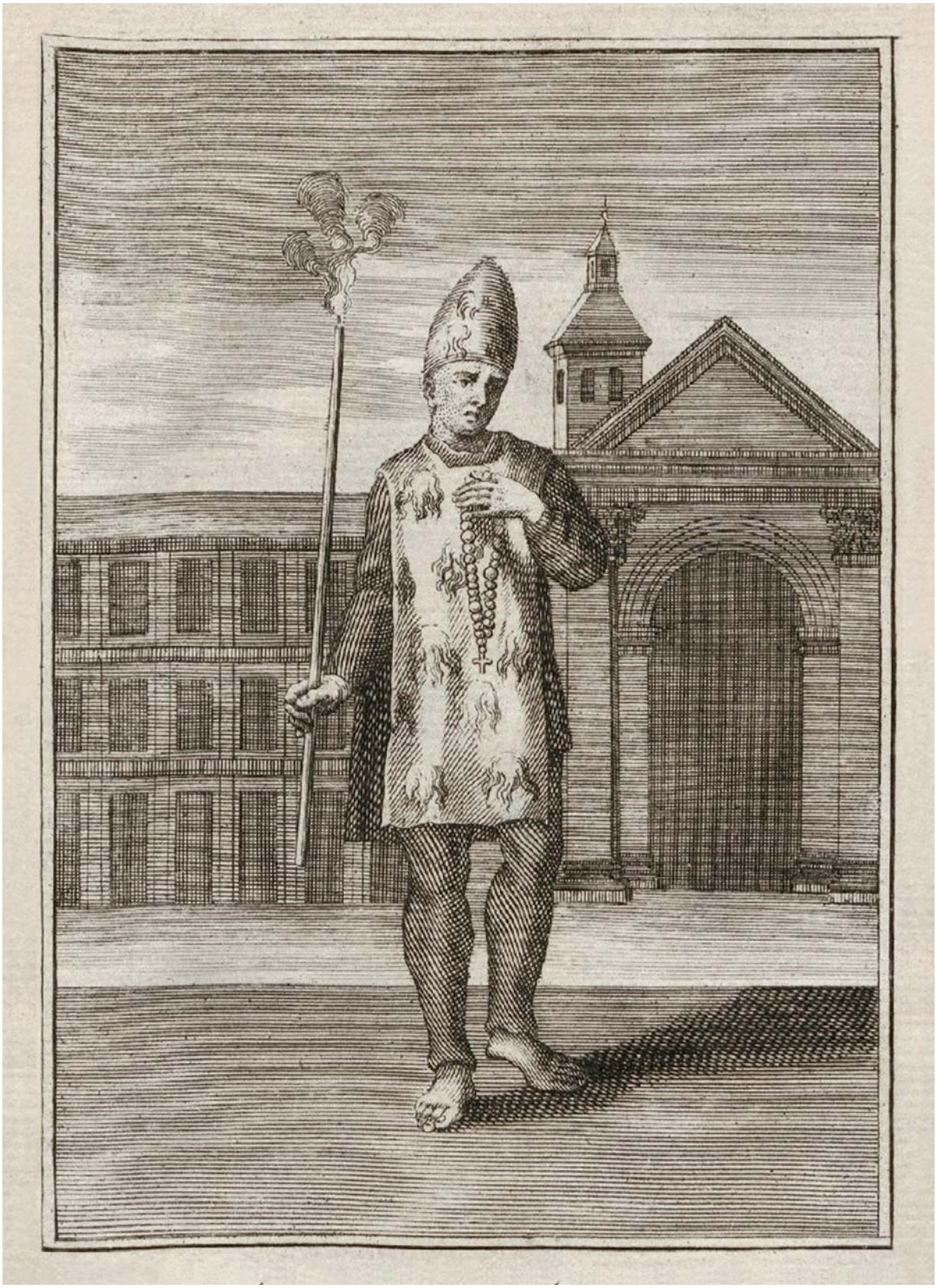
Segundo afirmariam portugueses e japoneses que privaram com esta família, Ruy Perez e filhos eram seguidos pelas ruas de Nagasáqui até pelas crianças, que os chamavam de "judeus".[119] Neste ponto, Tacaqui António argumenta que essa animosidade se devia ao facto de serem "daquela nação", apesar de viverem cristãmente.[120] O cristão-novo Francisco Rodrigues Pinto partilha da mesma opinião, afirmando que assim eram chamados por pertencerem à "casta dos judeus".[121]

Já o comerciante Jorge Durôis afirma que este comportamento era entendido como normal já que, comummente, em Nagasáqui, os descendentes de judeus eram assim chamados pelos japoneses,[122] o que demonstra que existia em Nagasáqui, logo no início da presença portuguesa nesse porto, uma comunidade de origem judaica a comercializar. Para se divertirem, os comerciantes portugueses costumavam interpelar os escravos de Perez – dois javaneses[123] e um cambojano desdentado,[124] de nome Charon –, perguntando-lhes: "Quantos são?", ao que estes respondiam para contentamento geral: "Três judeus".[125]

Perez volta a correr risco de vida em 19 de Agosto de 1591,[126] quando Roque de Melo Pereira, recém-nomeado capitão-mor de Macau, aporta em Nagasáqui. Esta personalidade, como "deputado de credito e confiança", trazia como incumbência prender Rui Perez e levá-lo de regresso a Macau, de onde seria enviado para o Tribunal da Inquisição em Goa. Segundo Francisco Rodrigues Pinto, que o ouvira ao próprio capitão-mor Roque de Melo, tinham chegado acusações a Macau contra Rui Perez por comer carne em dias proibidos, as quais tinham despoletado a sua prisão.[127] Somos, no entanto, levados a acreditar que esse não seria o motivo principal, já que Perez tinha sido perseguido inicialmente por ser de origem judaica[128] e não pelos seus hábitos alimentares, os quais, convém salientar, tinham sido autorizados pelo reitor da Companhia de Jesus. A razão subjacente a esta prisão dever-se-á provavelmente ao facto de Rui Perez ser muito conhecido pela Inquisição, iludindo os inquisidores e antecipando as suas tentativas de captura. Evidentemente que tanto o bispo do Japão, Leonardo de Sá, como o capitão Roque de Melo Pereira, teriam essa tarefa dificultada pela comunidade cristã-nova.

Neste período, a presença da família Perez em Nagasáqui torna-se muito perigosa. Todos os conheciam e sabiam a sua origem, o que os transformava em vítimas fáceis da Inquisição. À semelhança do que acontecera anteriormente em Portugal e nas cidades de

HISTORIOGRAFIA



Homem condenado ao fogo, mas que o evitou pela sua confissão, *in* Bernard Picart, *Cérémonies et coutumes religieuses de tous les peuples du monde*, Amesterdão, 1723.

Cochim, Goa, Malaca e Macau, Rui Perez antecipa a sua captura e prepara um plano de fuga.

Segundo Tacaqui António, Perez e o filho mais novo apareceram de surpresa em sua casa para se despedirem e, nessa mesma noite, viajariam para Hirado. Alarmado, o caseiro dirige-se ao reitor da Companhia de Jesus, António Lopes, informando-o das pretensões de Rui Perez. O jesuíta instruiria Tacaqui António para os deixar seguir viagem "porque avia causa para se embarcarem".[129] Este trecho demonstra que a família Perez era protegida pelos jesuítas, que, descobrindo as intenções do capitão-mor, encobrem a fuga. O motivo seria uma ordem emitida pelo rei Filipe II e feita obedecer pelo governador D. Manuel de Sousa Coutinho (1588-1591) para que todos os cristãos-novos que vivessem na China e Japão fossem enviados para a Índia portuguesa e para Portugal para serem julgados de acordo com os seus crimes.[130] Contudo, mais uma vez esta informação não explica porque apenas Rui Perez era perseguido, sendo a comunidade de origem judaica tão numerosa tanto em Macau como em Nagásaqui. Após a fuga de Nagasáqui, voltamos a encontrar Rui Perez e o seu filho mais jovem em Hirado,[131] de onde partem para as Filipinas. Sobre esta viagem existem duas versões. A primeira defende que teriam partido numa embarcação japonesa:"*huyeron de Langaçaque a Manila en un navio de marcaderes japones que venia a la dicha çiudad de Manila*".[132]

A segunda baseia-se no testemunho de um escravo que conhecera Rui Perez em Macau, Japão e Manila, e revela que a família viajara a bordo do navio do embaixador espanhol das Filipinas.[133] Esta, pelos pormenores apresentados, é a mais verosímel.

Rui Perez teria viajado em companhia do capitão português Pedro González Carvajal. Meses antes, este, cidadão de Manila, viajara com Faranda Quiemon, Fr. Pedro Bautista, Fr. Gonzalo García, Fr. Francisco de San Miguel e Fr. Bartolomé Ruiz. O navio de Faranda Quiemon ancoraria em Nagasáqui e o capitaneado por Carvajal, em Hirado. Desta forma, podemos concluir que, na viajem para Manila, Rui Perez poderia perfeitamente ter utilizado o navio de Carvajal, à época no porto de Hirado. Chegada a Manila, a família Perez vive por um período de cinco anos em relativa segurança, sem que o seu passado seja descoberto pelas autoridades. Por precaução, os filhos de Rui Perez alteram os nomes: António Rodrigues é conhecido por Francisco Rodrigues e o irmão Manuel Fernandes, por Luís Rodrigues. Nos primeiros tempos, o filho mais velho Francisco/António Rodrigues[134] levava uma vida bastante reservada, evitando sair à rua. O mesmo não acontecia com Rui Perez e Luís Rodrigues/Manuel Fernandes, que passeavam pela cidade sem temerem ser descobertos.[135]

Em 1595, Francisco/António Rodrigues, pretendendo expandir os seus negócios, partiria para a Nova Espanha, no actual México, deixando o pai e o irmão a viverem em Manila.[136]

A COMUNIDADE SEFARDITA DE MANILA

Rui Perez não vive isolado na cidade e mantém contacto com diversos cristãos-novos, alguns dos quais também tinham vivido em Macau.

A comunidade começava, então, a recuperar da prisão inesperada dos irmãos Jorge e Domingos Rodrigues. Filhos dos portugueses Diogo Rodrigues e Violante Vaz, Jorge Rodrigues nasce em Sevilha no ano1564.[137] Relativamente a Domingos Rodrigues, desconhecemos a data de nascimento. Têm também uma irmã de nome Constança Rodrigues, a qual na América ganharia a alcunha de "a dogmatista".[138]

Como muitos cristãos-novos, os irmãos Rodrigues/Rodriguez dedicam-se ao comércio ("*tratantes*") desde muito jovens. Nos finais do século XVI, motivados pelas grandes possibilidades de novos e mais rentáveis investimentos viajam para as Filipinas. Devido ao pouco cuidado com que agiam, seriam acusados de judaísmo. Os acusadores alegavam que não evangelizavam os seus criados cristãmente e que dentro de casa não existiam quaisquer imagens de santos; quando falavam, nunca invocavam o nome de Santa Maria e apenas se encomendavam a Deus. Relativamente às refeições, os irmãos matavam as galinhas cortando-lhes o pescoço, recusavam-se a comer carne de porco e, em vez de banha, utilizavam azeite de *ajonjolí* na preparação dos cozinhados. Estes procedimentos do *cashrut*, teriam levantado suspeitas entre os habitantes de Manila. Domingos Rodrigues, estando no porto de Cavite, recusando-se a comer carne de porco, instigado pelos companheiros responderia: "*porque soy judío*". A notícia depressa é comunicada ao comissário da Inquisição do México nas Filipinas, Fr. Diego Muñoz, que emite um mandato de prisão urgente.[139] A 13 de Maio de 1592, o comissário ordena que o executor do Santo Ofício, Cristoval Velasquez,

prenda Jorge Rodrigues e lhe confisque todos os bens.[140] Já na cidade do México, Domingo e Jorge Rodrigues são "reconciliados" pelo Tribunal do Santo Ofício a 28 de Março de 1593.[141]

Durante o período em que Rui Perez vive em Manila, destacam-se os cristãos-novos Diogo Jorge,[142] Manuel Farias (Manuel Faria),[143] Vilela Vaz,[144] os portugueses Manuel de Mora,[145] Manuel Gil de la Guardia e Diego Hernandez Vitória. A amizade entre Perez, Vilela Vaz[146] e Diogo Jorge era muito antiga e tinham, inclusive, socializado dez anos antes em Macau, precisamente na altura em que Perez chegara à cidade.[147]

Outro comerciante cristão-novo era Manuel Farias, que chegara a Manila no ano de 1594 para escapar à Inquisição. A sua mulher e filhos tinham ficado presos na Inquisição de Granada.[148] As histórias de vida de Manuel Farias e Rui Perez têm muitas semelhanças: ambos têm já uma idade avançada, são sobreviventes das perseguições inquisitoriais e são obrigados a viver em Manila, o último refúgio. A cumplicidade entre os dois manter-se-á até à morte de Manuel Farias.

O triunvirato Diogo Jorge e Manuel Farias é fechado pelo português Manuel de Mora.[149] Estes comerciantes mantinham uma estreita amizade, vivendo inclusive em casas vizinhas.[150] Sobre Manuel de Mora desconhecemos o percurso e as motivações que o levaram a viajar até Manila; apenas conseguimos destrinçar a nacionalidade portuguesa, o círculo de amigos e a fuga da Inquisição.

Manuel Gil é outro dos amigos de Perez. Nascera na Guarda em 1565[151] e, por esse motivo, era conhecido entre a comunidade de cristãos-novos da Nova Espanha como Manuel Gil de la Guardia.[152]

Era filho do segundo casamento do mercador Fernando Gil com Filipa Rodrigues, também naturais da Guarda. As suas irmãs de pai e mãe eram Leonor Gil e Blanca/Branca Gil. Os irmãos, apenas por linha paterna, eram António Fernandes, Diego Hernandez, residentes na Guarda e Francisco Gil, morador na cidade de Viseu.[153]

Manuel Gil é descrito como um jovem magro, de baixa estatura, com barba ruiva/avermelhada, os olhos são descritos como grandes e "*saltados*" (sobressaídos) e as sobrancelhas unidas.[154]

No ano de 1594,[155] Manuel Gil parte para as Filipinas. Em Manila, ocultando a sua origem, a ascende gradualmente na hierarquia do poder. Atinge o auge da sua carreira quando é nomeado *Procurador de Causas de la Real Audiência* nas ilhas Filipinas. Torna-se *protector de los sangleyes*, cujos interesses protege, redigindo pleitos contra os seus inimigos,[156] particularmente contra dois frades da Ordem de Santo Agostinho: Fr. Diego de Guevara e Fr. Nicolao Melo. As relações com os religiosos deterioram-se de tal forma que estes contratam um mercenário[157] para ferir La Guardia – "*que le diera una cuchillada por la cara y le darian doçientos pesos*".[158] Contudo, uma sombra cai na sua aparentemente imaculada origem, quando, em Fevereiro de 1595, Luis de Carvajal "*el mozo*" é capturado pela Inquisição mexicana pela segunda vez. A 10 de Fevereiro de 1596, "*el mozo*" é torturado, descobrindo todos os seus parentes e associados cristãos-novos[159] e, entre eles, surge o nome de Manuel Gil de la Guardia. Nos meses seguintes, o Tribunal da Inquisição mexicana reúne informações contra la Guardia, desde conversas, até pormenores como o envio de sonetos[160] entre os dois acusados.[161] Uma carta, de 4 de Março de 1597, destinada a Fr. Maldonado, o dominicano que fazia de comissário da Inquisição em Manila, chega às Filipinas. Além de conter informações sobre a origem judaica e ligações de Manuel Gil com os cristãos-novos da Nova Espanha, é acompanhada de um mandato de prisão.[162]

O último contacto de Rui Perez é com o cristão-novo Diego Hernandez Vitória, o regedor da cidade de Manila. Diego Hernández Vitoria "o velho"/Diogo Fernandes Victória nasce no Porto, em data incerta, filho de Duarte Fernandes Nunes e de Genebra Dinis.[163] A avó era conhecida pelos cristãos-novos como "Marquesa," queimada por inconfidente e por realizar rituais judaicos.[164]

Antes de viver em Manila, Vitória vivera em Malaca e em Macau, onde tinha parentes:

> "*Una mujer questa casada con un fulano silbera y otras sus hermanas que de presente biben en macan heran parientas de Diego Hernandez Vitoria [...] un hermano dellas, clerigo, preguntado a este testigo por el y en que en el Reyno de Solor esta un hermano dellas el qual se huyo alli venyendo que le querian prender por judayzante*".[165]

Em Manila, ascendera ao cargo de regedor de uma forma pouco ortodoxa. Contrariamente ao que acontecia normalmente, em que um cargo era atribuído a uma pessoa de "*sangre limpio*" ou sem vestígios de judaísmo, aquela posição tinha sido colocada à venda

e por ele comprada, sem que investigações genealógicas tivessem sido realizadas.

Além de Rui Perez ter vivido por algum tempo em casa do regedor, descobriu-se, ao inventariar-se os bens de Perez, que Diego Hernandez Vitória tinha uma relação muito próxima com aquele comerciante e que guardava mercadorias dele.[166]

CAPTURA E MORTE DE RUI PEREZ

A situação de aparente segurança é destruída por uma primeira denúncia contra Rui Perez a 9 de Setembro de 1596, quando Fr. Diego de Castañeda confessa ao comissário do Santo Ofício, Juan Maldonado, que um escravo de nome Francisco, músico na *Confraria del Rosario* lhe dissera que tinha chegado à cidade um judaizante fugido da Índia, de Malaca e de Macau.[167]

O escravo, Francisco, natural de Sunda, apresenta-se no Hospital de San Gabriel, a 21 de Outubro de 1596, para testemunhar contra Rui Perez. Desconhecendo o seu nome, diz apenas que escutara a referida informação de um português que realizara uma viagem das Filipinas às ilhas Molucas. Acrescenta que um outro escravo, de nome Inocêncio, natural de Cambaya, lhe revelara que Perez era de "*quatro custados judio*" – metáfora que indicava que descendia unicamente de judeus – e estava alojado na casa do regedor da cidade de Manila, o comerciante português Diogo Fernandes Vitória (Diego Hernandez Vitória), um dos homens mais ricos, se não o mais rico das Filipinas.[168] Surge, então, uma pergunta entre as autoridades eclesiásticas: que faria um cristão-novo na casa de um cristão-velho rico e reputado como Vitória? Seria Vitória também descendente de judeus? Nessa altura, pouco ou nada se sabia sobre o passado do regedor de Manila e que a sua ascensão ao cargo não tinha seguido os trâmites normais. Agindo com cautela, para que as intenções dos inquisidores não fossem descobertas, são iniciadas as primeiras inquirições.

O escravo Inocêncio torna-se no elemento chave desta investigação, revelando a informação mais importante: o nome Rui Perez. Seguidamente indica o nome de Manuel Luís e Diego Gonçalves, dois comerciantes envolvidos no comércio privado Japão-Manila, que conheciam e privavam com o acusado.[169] Este elemento é extremamente importante porque atesta a existência de uma rede comercial privada Japão-Filipinas, controlada e intermediada por portugueses que viviam em Nagasáqui e em Manila.

O escravo revela ainda que Rui Perez era acompanhado por outros dois escravos, um natural de Bengala, o outro, japonês.[170]

A segunda testemunha é um escravo alforriado de nome Roberto Rodrigues, natural do Guzarate. Apesar de habitar, na altura, em Manila, vivera no Japão por muitos anos, servindo o importante comerciante de origem judaica, Francisco Rodrigues Pinto. Como vimos, este último pertencia, em Nagasáqui, ao círculo de amigos de Perez e privava inclusive com o bispo do Japão, D. Luís Cerqueira. É, portanto, natural que o ex-escravo Roberto Rodrigues constituísse uma fonte privilegiada de informações. O seu depoimento, em grande parte baseava-se nas conversas que mantivera com o escravo bengala de Perez, de nome Pablo/Paulo, que, sendo cozinheiro, revelara em detalhe os hábitos alimentares do seu dono, os boatos que corriam sobre a

REGIMENTO
DO SANTO OFFICIO
DA INQVISIÇÃO,
DOS REYNOS DE PORTVGAL
ORDENADO
POR MANDADO
Do Illm.o & Rm.o Snor
Bispo Dom Francisco de Castro
Inquisidor Geral,
do Conselho d'Estado
de S. Mag.de
Em Lisboa, nos Estaos.
Por Manoel da Sylua
M. DC. XL.

HISTORIOGRAFIA

família em Nagasáqui assim como a sua fuga até Manila. Para aumentar o rol de acusações, ainda desabafa que, quatro anos antes, tinha ficado escandalizado por ver Rui Perez passar junto a uma cruz e não tirar o chapéu em sinal de respeito.[171]

Este relato seria confirmado pela testemunha seguinte, o escravo Tomé, de 21 anos, japonês natural de Nagasáqui, que acompanhara, em 1595, o capitão António Arçola na sua viagem até ao México. Tomé acrescentaria que ouvira dos escravos japoneses de Rui Perez que o seu filho, António Rodrigues, partia imagens de Nossa Senhora e de santos em sua casa e que, durante os nove anos que os conhecera, nunca o vira frequentar a Igreja, quer no Japão quer nas Filipinas. Segundo o próprio, estas informações poderiam ser confirmadas por um escravo de Moçambique que também vivia no México. Este aspecto parece-nos muito interessante porque demonstra que este escravo de Moçambique teria estado no Japão e que teria viajado para a América via Pacífico. Paralelamente, começa a existir uma grande especulação da parte dos escravos relativamente a Rui Perez.[172] Existem, inclusive, mercadores que enviam os seus escravos aos oficiais da Inquisição para acusarem Rui Perez e familiares.[173] Surgem, então, detalhes do quotidiano: a sua recusa em comer manteiga e carne de porco, o vestir-se de lavado às segundas, quartas e sextas-feiras e lavar os pés ao sábado; o de não possuir nenhuma imagem sagrada em casa; de comer sempre com a porta fechada; de no Japão ter matado uma bezerra seguindo um ritual judaico, entre outras alegações.

A Inquisição procurará confirmar estas confissões junto de dois escravos e de um criado japonês de Rui Perez: Gaspar Japon, Pablo Bengala e Gaspar Coreia.

Gaspar Fernandes, de 20 anos (n. 1577), era natural de Bungo, onde vivera com os seus pais. Aos 8 anos[174] algo de trágico acontecera. Fora raptado e levado para Nagásaqui. Desconhecemos o que aconteceu à sua família ou aos seus raptores, nem porque razão foi entregue ao jesuíta António Lopez, reitor do Colégio da Companhia de Jesus em Nagasáqui.[175] Este religioso, na igreja de São Paulo em Nagasáqui entregaria Gaspar Fernandes ao comerciante Rui Perez pelo valor de oito reais, que corresponderia a alguns anos de serviço. Além de japonês, aprenderia também a falar português e espanhol correctamente. Rui Perez tratá-lo-ia como filho e Gaspar Fernandes acompanha-lo-á até à morte.[176]

Execução dos condenados pela Inquisição, *in* Charles Dellon, *Histoire de l'Inquisition de Goa*, Amesterdão, 1697.

Interrogados pelos representantes da Inquisição, Gaspar afirma que Perez não comia porco e que o filho mais novo, Manuel Fernandes, quando comia carne suína, logo a vomitava. Quando os criados matavam as galinhas, eram obrigados a afogá-las, sem as degolar. Afirma igualmente que Rui comia carne durante a Quaresma e aos sábados, tendo para isso licença das autoridades eclesiásticas. Já o filho mais novo, Manuel, nunca comia carne à sexta-feira, sábado e durante a Quaresma. Todos os sábados, Perez e filhos vestiam roupa de lavado e não tinham imagens da Cruz, de Jesus Cristo, da Virgem Maria, ou figuras de santos. Acusa ainda o seu dono de rezar apenas na Igreja, nos dias feriados e domingos.[177]

Pablo (Paulo) Benpaer/Venpaer, de origem bengala, 30 anos, era escravo cativo de Rui Perez, o que significa ser escravo vitalício. Este escravo era o que conhecia Rui Perez há mais tempo, desde a cidade de Cochim.

O seu testemunho contradiz completamente a confissão de Gaspar Japon. Pelos detalhes apresentados, Pablo tem o ofício de cozinheiro e afirma que mata as galinhas para as refeições sem as afogar; que tanto Rui Perez como os filhos comiam carne de porco e manteiga (pouca); que tinham imagens de Nossa Senhora em casa e que não realizavam qualquer cerimónia judaica, rezando e frequentando a igreja aos domingos e feriados.[178] Apesar de ter jurado perante o Santo Ofício guardar segredo e não revelar nada do que tinha acontecido a ninguém, Pablo, assim que chega a casa, revela durante três horas ao seu patrão todos os pormenores do interrogatório, deixando "Rui Perez muito triste e alterado, com os olhos vermelhos e gemendo".[179]

O terceiro testemunho é o de Gaspar, de 18 anos (n. 1579), natural da Coreia, que falava português.[180] Sobre este escravo não temos muitas informações, contudo trata-se de um entre os muitos escravos coreanos que foram levados para o Japão pelos exércitos de Toyotomi Hideyoshi, aquando da tentativa de invasão da Coreia entre 1592-1597. Através do conhecimento que possuímos sobre este comércio em Nagasáqui, é possível reconstruir o percurso de Gaspar Coreia. Capturado durante a guerra, com apenas 13 anos, tinha sido levado para

Nagasáqui onde os portugueses o comprariam. Baptizado e adquirindo um nome cristão, uma cédula confirmaria o cativeiro legítimo (a cédula seria passada por um padre da Companhia de Jesus). Após este processo, seria vendido a quem desse um maior preço por ele. Quando Gaspar Coreia é chamado à Inquisição para interrogatório, acusa o seu colega, Pablo Bengala, de ter revelado a Rui Perez as diligências realizadas contra ele, colocando em risco a vida do escravo. Na confissão que faz, afirma que o seu patrão não tinha imagens religiosas no quarto e que as tinha ido buscar, enrolando-as num cobertor e colocando-as debaixo da cama (posteriormente, a imagem que lhe seria confiscada seria de uma Nossa Senhora recentemente adquirida). Paralelamente revela um dos negócios de Rui Perez: quando, anos antes, chegara a Nagasáqui, trouxera consigo inúmeras cruzes, quebrando-as e colocando dentro pedaços de ossos. Afirmando que se tratavam de restos mortais de mártires, vendia as referidas cruzes aos japoneses como se fossem relíquias verdadeiras.

Juntamente com Rui Perez, são abertos também processos inquisitórios contra quatro pessoas de origem judaica, nomeadamente contra Diego Jorge (Diogo Jorge),[181] Manuel Farias (Manuel Faria),[182] Vilela Vaz,[183] Manuel de Mora,[184] e Manuel Gil de la Guardia. A 11 de Junho de 1597, Isidro Sanchez, executor do Santo Ofício, juntamente com Juan Ruiz, Alonso Hernandez e Juan Lucas dirigem-se à casa de Perez e prendem-no. Na mesma altura, noutros lugares da cidade outros acusados de judaísmo também são presos. Enquanto Perez é enviado para a prisão, e sem mandato, Isidro Sanchez faz o levantamento de todos os bens. Na lista de sequestro dos bens de Perez constam 110 itens, entre os quais três japoneses:

> "*Primeramente un esclavo por años xapon de edad de veynte años*
> *Outro esclavo Japon por años de edad de v.te años*
> *Outro esclavo Japon por años de edad de diez y nueve años*"[185]

O primeiro seria Gaspar Fernandes, o segundo chamar-se-ia Ventura[186] e o terceiro seria Miguel Jerónimo.[187] Nesta lista não encontramos o nome do escravo Pablo Benpaer, que, no entanto, viria a ser posteriormente incluído, e de quem encontrámos uma referência à chegada do galeão de Manila a Acapulco, a 1 de Dezembro de 1597.[188] Incógnito será o destino do escravo coreano.

Apesar de abertos os processos de investigação contra Diego Jorge, Manuel Farias[189] e Vilela e Manuel de la Guardia, apenas Farias e Guardia são presos. Relativamente ao português Vilela, perdemos igualmente o rasto, pelo que pensamos que teria conseguido escapar das autoridades espanholas. Já quanto a Diego Jorge, algo de estranho acontece, passando de vítima a acusador, trabalhando como espião ou duplo agente para a Inquisição. Seguidamente acusará Manuel Farias, informando que chegara a Manila em 1594 para escapar à Inquisição. Diego Jorge era o agente comercial de Manuel Farias.[190] Paralelamente, também confessa que o filho mais velho de Rui Perez, António Rodrigues, tinha enviado através de um agente comercial desconhecido ao seu pai mais de 800 pesos para serem investidos no comércio da China.[191] Os oficiais da Inquisição tentam localizar este dinheiro mas não o conseguem.

Devido à sua avançada idade, Rui Perez é acompanhado pelo filho mais jovem na viagem para o México, sendo-lhe permitido levar algumas mercadorias para a viagem.

A bordo do galeão *Nuestra Señora de el Rosario*[192] partem também os acusados Manuel Farias e Manuel de la Guardia. Segundo deixa testemunhado o capitão Pedro Cedil, mestre do galeão, Manuel Farias, bastante idoso, morre logo no início da viagem, num domingo, a 20 de Julho de 1597.[193] Rui Perez, debilitado pela doença e pelas perseguições, sobrevive alguns meses mais. Faleceria de causa natural dois dias antes de o galeão entrar em Acapulco. Ironicamente, apesar das perseguições realizadas pela Inquisição para o prenderem e julgarem, enganaria as autoridades e morreria ainda livre, antes de ser julgado pela Inquisição do México. O seu corpo seria lançado ao mar num *shabbat*, a 29 de Novembro de 1597.[194]

Contudo, este longo episódio à volta do mundo estava longe de terminar.

OS FILHOS DE PEREZ E A LUTA PELA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS JAPONESES

Surpreendentemente, anos depois, na cidade do México, um escravo japonês de nome cristão, Tomé Valdes, encontra António Rodrigues.[195] O próprio percurso de Tomé é algo interessante: natural de Nagasáqui teria sido feito escravo e vendido nas Filipinas a um capitão que, por sua vez, o levara

até à Nova Espanha.[196] Este escravo privara com a família de Perez em Nagasáqui durante algum tempo. Reconhecendo o comerciante António Rodrigues como filho de Rui Perez, informa o Inquisidor D. Alonso de Peralta.[197] Como prova da sua acusação, menciona um escravo moçambicano, calafate,[198] que também era testemunha da ocorrência. O seu testemunho teria impacto não apenas na Inquisição do México mas também na comunidade portuguesa em Nagasáqui. O seu relato contra a família Perez seria copiado e enviado para Manila. Apesar de não restar nenhum vestígio destes documentos, eles seguiriam o seu curso para Nagasáqui, onde o então bispo do Japão, D. Luís Cerqueira abriria um novo inquérito para esclarecer as acusações,[199] o qual nos transmite muitas das informações que faltavam para reconstruir a vivência da família Perez no Extremo Oriente.

Quanto à Inquisição do México, os familiares ficam atentos aos recém-chegados cristãos-novos.

Entretanto, os filhos de Rui Perez encontram no México o japonês Gaspar Fernandes ou Gaspar Japon. É natural que então os irmãos fiquem a conhecer a tragédia de Gaspar e de mais outros dois criados japoneses, os quais, juntamente com o escravo de Bengala de Rui Perez, tinham sido entregues pelo capitão Pedro Cedil ao Santo Ofício[200] e transformados em escravos. Apoiados financeiramente pelos irmãos, os três escravos japoneses entram com processos na Inquisição para serem libertados. Além de Gaspar, ficamos então a conhecer o nome de mais dois: Ventura e Miguel Jerónimo.

O primeiro a contestar a sua condição seria Miguel Jerónimo,[201] nascido em 1577 e que, nos finais de 1601, início de 1602, com apenas 24 anos[202] contesta a sua condição de escravo. Segundo o seu próprio depoimento, em data desconhecida (1594--1595), afirma ter sido comprado pelo mercador Francisco Martes (Francisco Martins), em nome de Rui Perez, pelo preço de 40 reais por um período de cinco anos. Convém aqui assinalar que, no documento, por Jerónimo não conseguir pronunciar o som *ru*, som inexistente em japonês, o notário escreverá o nome "Luís", dois nomes cujos sons são iguais para um japonês, porém diferentes para um europeu. A escritura da aquisição de Miguel Jerónimo seria realizada nas Filipinas, o que demonstra que, na altura do negócio, Rui Perez já vivia em Manila. Após a prisão do seu dono, viajaria até Acapulco, sendo entregue a Martin de Birviesca Roldan, receptor do Santo Ofício no México, estando ao seu serviço durante quatro anos, dois anos mais do que teria obrigação pelo contrato.[203] Miguel pedia, então, para ser libertado. Como não existe mais nenhum documento anexo a este processo, deduzimos que ou teria entretanto falecido ou permaneceria escravo. Relativamente ao seu novo dono, Martin de Birviesca Roldan, sabemos que era casado com Maria Izibar, natural do México e que fora familiar do Santo Ofício, antes de se tornar receptor. O seu processo de verificação de "pureza de sangue" é datado de 1590.[204] Mais tarde é nomeado tesoureiro, passando a administrar com grande autonomia os bens confiscados pelo Santo Ofício.[205] Devido à sua avançada idade, por volta de 1620 começam as propostas de nomes para a sua substituição no Santo Ofício.[206]

O segundo japonês trata-se de Gaspar Fernandes/ Gaspar Japon. Após a morte do amo, é entregue às autoridades eclesiásticas. A distinção entre venda de serviços por um período determinado de anos e escravatura perpétua não é considerada. É tratado como escravo. Obrigado a servir o comerciante Tomas del Río, é maltratado fisicamente. Para este trabalhará durante dois anos, os quais, adicionados aos 12 anos em que estivera ao serviço de Rui Perez, perfaz 14 anos.[207]

Ao testemunho de Gaspar acresce também o depoimento de outro escravo japonês de nome Ventura:

> "*Bentura y Gaspar yndios Japones pusos en esta carsel de la çiudad desimos que nosotros benimos sirviendo de la çiudad de Manila a Ruy Perez difunto al qual nos trujeron presos al Santo Officio y nosotros fuimos entregados por mandado de V. Señoria a mm a Birviesca Roldan reseptor deste Santo Officio el qual no presento en esta dicha carsel y por un auto de V. Señoria manda seamos entregados a los erederos del dicho Rui Perez los quales no estan en esta corte ni paresen y nosotros pedesemos en esta carsel y somos librés sin que ninguna persona tenga derecho contra nosotros.*"[208]

Como primeira testemunha do processo surge--nos, inesperadamente, António Rodrigues, o filho mais velho de Rui Perez, de 28 anos, que afirma viver na cidade do México desde 1594-1595.[209] Nesta altura, vive no bairro da *Santissima Trinidad* e é comerciante.

No seu testemunho, António Rodrigues afirma ter estado presente na compra dos serviços de Gaspar, juntamente com o seu irmão Manuel Fernandes. Segundo este testemunho, Gaspar era ainda criança

e tinha sido entregue por um japonês vendedor de escravos, sem dar qualquer tipo de informação, algo que era comum nessa época. Posteriormente, para legitimar a transacção, Rui Perez tinha-se dirigido à Companhia de Jesus em Nagasáqui e apresentado Gaspar, que, depois de examinado pelo reitor António Lopes, tinha assinado uma cédula, na qual se estabelecia que Gaspar deveria servir por 12 anos. Aquando da prisão de Rui Perez em Manila, a referida cédula seria confiscada pelo Santo Ofício. O preço da transacção tinha sido entre 10/11 pesos de prata (moeda que corria em Nagasáqui).

A segunda testemunha é Manuel Fernandes, o filho mais jovem de Rui Perez, então com 26 anos. Confirma o depoimento do irmão, dizendo que Gaspar tinha sido vendido por um vendedor de escravos japonês pelo valor de 10/11 pesos de prata *menudilla*. Acrescenta também que, nessa altura, era comum os japoneses venderem aos portugueses os seus conterrâneos, que traziam de outros lugares, roubados, como prisioneiros de guerra, ou em resultado de desavenças. Essa venda tinha sido realizada sem qualquer documento, que seria posteriormente passado pela Companhia de Jesus.[210]

Aberto o processo judicial, o primeiro procurador do *Real Fisco* da Inquisição do México, Doutor García de Carvajal,[211] procura impedir a libertação de Gaspar, alegando que os filhos de Rui Perez, por serem descendentes de judeus tinham apresentado depoimentos falsos com a intenção de defraudar o Fisco da Inquisição.[212] Após a introdução de um segundo pleito por parte de Gaspar Fernandes contra o procurador do Fisco (Juan Perez), o receptor do Santo Ofício, Martin de Birviesca Roldan, delibera libertar a 5 de Junho de 1604 não apenas Gaspar Fernandes, mas também o escravo Ventura, que também tinha servido Rui Perez nas mesmas condições. Como deliberação final, ambos os japoneses deveriam ser entregues aos filhos de Rui Perez. Contudo, nem António Rodrigues, nem Manuel Fernandes se apresentarão na Inquisição. Possivelmente, como descendentes de judeus, temiam ser presos e acusados.[213] Não obstante, tinham sido decisivos na libertação de dois japoneses escravizados no México. Sem o seu financiamento e coordenação temos a certeza que tal não teria sido possível.

Tanto Gaspar Fernandes, como Ventura, acabariam os seus dias no México, ou noutro lugar, mas como homens livres.

Relativamente aos filhos de Rui Perez, talvez tenham iniciado uma nova fuga, mudado de nome, procurando preservar a liberdade que tanto tinha custado à sua família.

CONCLUSÃO

A diáspora cristã-nova é marcada por experiências traumáticas de perseguição e morte, fuga e dispersão. Contudo é neste exílio que muitos membros reconstroem os laços sociais e intensificam as relações sociais e económicas. Contrariamente ao que aconteceria em Amesterdão, em que a presença dos cristãos-novos portugueses será pautada pelo retorno à ancestral fé dos antepassados, o judaísmo, na diáspora mercantil no Extremo Oriente, apesar da tentativa falhada de construção de um lugar de culto em Macau, os cristãos-novos não regressam ao judaísmo. Enfrentam, nesta região, a mobilidade e a dispersão. Estas comunidades sefarditas da periferia, compostas por indivíduos de diferentes espaços sociais e culturais, separados das famílias e dos países de origem, partilham o mesmo espaço de exílio e enfrentam os mesmos desafios de sobrevivência. Além dos factores exógenos, a coabitação dos descendentes dos judeus com cristãos colocava em risco a vida dos primeiros. Alvos fáceis de denúncia, o retorno a Goa ou ao México representaria a morte ou, no melhor dos casos, a confiscação de todos os bens e perseguição dos restantes familiares. Contudo, estas comunidades periféricas, compostas essencialmente por pessoas que por diversos motivos queriam escapar ao controle político e judicial da coroa luso-castelhana adoptaram fórmulas de entreajuda e colaboração extraordinárias. No caso particular de Macau, a intrínseca colaboração económica existente entre as diferentes comunidades transformaria esta cidade num espaço hermético para a Inquisição de Goa. Ruy Perez é um caso excepcional de um sefardita que, por ser demasiado famoso, não consegue escapar às malhas da Inquisição. Através dele foi-nos possível vislumbrar um pouco do quotidiano dos sefarditas em Macau, Nagasáqui e Manila no século XVI, algo único e até agora desconhecido. RC

Nota do editor: Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional "Relações de Portugal com a Ásia do Sueste: 500 Anos de História", organizado pelo Departamento de Português da Universidade de Macau (Macau, 30 de Outubro-1 de Novembro de 2012)

NOTAS

1 Elkan Nathan Adler; Judah David Eisenstein, *Jewish Travellers*. Londres: Routledge Curzon, 2005 (1930), pp. 251-328

2 Jacob Rader Marcus; Marc Saperstein, *The Jew in the Medieval World : A Source Cook, 315 - 1791*. Cincinnati: Hebrew Union College Press, 1999, pp. 283-288.

3 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), Gavetas, Gav. 2, maço 1, n.º 35, 1531-12-17. Bula *Cum ad nihil magis* do papa Clemente VII, pela qual nomeou para inquisidor-geral dos reinos de Portugal Fr. Diogo da Silva, religioso da Ordem de São Francisco de Paula, com poderes para proceder, em seu nome, nas matérias respeitantes a onze declarações especificadas na mesma bula.

4 Francisco Bethencourt, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

5 José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Judeus e Cristãos-Novos de Cochim: História e Memória (1500-1662)*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 2003.

6 Carta do Pe. Gonçalves da Silveira ao cardeal infante D. Henrique, Cochim, Janeiro de 1557, in Josef Wicki, *Documenta Indica*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956, vol. IV, doc.1, 2- 3.

7 Sobre o comércio entre Macau e Japão consulte-se o clássico de Yoshitomo Okamoto 冈本良知, *Jūroku seiki Nichiō kōtsūshi no kenkyū* 十六世纪日 欧交通史の研究. Tóquio: Rokkō Shobō, 1974 (1936, 1952). Mais recentemente, Mitsuru Sakamoto 坂本満, *Nanban byōbu shūsei* 南蛮屏风集成. Tóquio: Chūō Kōron Bijutsu Shuppan, 2008.

8 Miguel José Rodrigues Lourenço, "O Comissariado do Santo Ofício em Macau (1582-1644). A Cidade do Nome de Deus na China e a articulação no distrito da Inquisição de Goa", tese de Mestrado, 2 vols., Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2007, vol. 1, p. 92.

9 Raymundo Bulhão Pato, *Documentos Remettidos da India ou Livro das Monções*. Lisboa: Academica Real das Sciencias de Lisboa, 1884, tomo 2, pp. 216-217.

10 Augusto Luca, *Alessandro Valignano (1539-1606): la missione come dialogo con i popoli e le culture*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 2005.

11 Archivo General de Indias [AGI], Patronato, 53, R. 2, *Información de los méritos y servicios del capitán Bartolomé Báez Landero contraídos en Filipinas, China e isla de Macán, y otras de Asia durante 28 años. Manila, 19 de abril de 1586,*

12 Francisco Colín, *Labor Evangélica de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas por el P. Francisco Colín de la misma Compañía* (Madrid, 1663), edição de P. Pastells. Barcelona: Compañía General de Tabacos, 1904, vol. 2, pp. 300-301.

13 Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China, Japan, The Philippines and Southeast Asia, (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*. Macau: Fundação Macau, 2010, pp. 15-17, 118-119.

14 A carta do jesuíta Fernando de Meneses ao padre geral Mercuriano, S. J. (15/11/1579). Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China...*, pp. 72-73.

15 Joseph Wicki, *Documenta Indica,* vol. XI, 1970, pp. 730-731.

16 Principais listas: Biblioteca da Ajuda [BA], 49-IV-56 fols. 3r-5r, "Do tempo determinado em que vierão os Padres da India para Japão, e Irmãos, e pello conseguinte os Capitães todos desta viagem de Japão continuados do anno de 1549 por diante"; BA, 49-IV-66 fols. 41v-2r, "Lista dos anos, viagens e capitães mores do trato do Japão"; BA, 49-VI-8, fol. 175r-v "Capitães de Macau desde 1586 até 1622"; Biblioteca Nacional de Lisboa [BNL], Cód. 9448, "Lista dos annos, viagens, e Capitães Mores do trato de Jappão"; Reinier H. Hesselink, "The *Capitães Mores* of the Japan Voyage: A Group Portrait," *The International Journal of Asian Studies* 9, n.º 1, 2012, pp. 3 (note 13), 40.

17 James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia Under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2008, p. 81.

18 AGI, Filipinas, 79, N. 17, p. 7

19 José Luis Alvarez-Taladriz, "El Padre Viceprovincial Gaspar Coelho 'Capitan de Armas o Pastor de Almas'", *Sapientia* 6, 1972, p. 45.

20 Archivo General de la Nación [AGN], Inquisición, vol. 237, fl. 488f.

21 AGI, Patronato 24, Ramo 60

22 O jesuíta Francisco Pires afirma que a partida ocorreria no mês de Março e não de Fevereiro. Josef Franz Schütte, S. J., *Monumenta Historica Japoniae I: Textus catalogorum Japoniae aliaeque de personis domibusque S.J. in Japonia informationes et relationes 1549-1654*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1975, p. 393.

23 Colín, *Labor Evangélica de la Compañía de Jesús*, p. 301.

24 Retirado do "Repertório" da autoria do inquisidor João Delgado Figueira. BNL, "Repertório Geral de três mil e oitocentos processos despachados pelo Santo Ofício de Goa desde a sua constituição até 1623 de João Delgado Figueira". Microfilme F. 2545.

25 Suborno.

26 Miguel José Rodrigues Lourenço, "O Comissariado do Santo Ofício em Macau", pp. 224-227.

27 IAN/TT, Inquisição de Lisboa, n.º 13360.

28 Quando Leonor da Fonseca se refere a Ruy Boto nada diz sobre a sua proveniência; no entanto, logo a seguir, quando menciona António Ferreira, faz questão de acentuar o facto de ser cristão-velho, pelo que se deve tratar de um cristão-novo, caso contrário a sua proveniência não judaica seria imediatamente assinalada. Quando menciona o marido de Francisca Teixeira, Pedro Fernandez Darias, que sabemos ser cristão-novo, nada diz sobre a sua proveniência.

20 Quando Leonor da Fonseca se refere a Adrião de Almada nada diz sobre a sua proveniência, no entanto logo a seguir quando menciona o segundo marido da irmã, António Ferreira, faz questão de acentuar o facto de ser cristão-velho.

30 Processo de Leonor Fonseca, IAN/TT, Inquisição de Lisboa, n.º 13360, documento não foliado, Quarta sessão.

31 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 461f.

32 Depoimento de Francisco, natural de Sunda (21/10/1596) "*biejo que el le parece de setenta años".* AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 443v.

33 AGN, Real Fisco de la Inquisición, 1599, vol. 8, exp. 9, fl. 265.

34 AGN, GD61, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fls. 137, 138v.

35 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 457f.

36 António Rodrigues, Francisco Rodrigues, João Rodrigues. AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fls. 137, 138v, 140.

37 *Ibidem*, vol. 237, fl. 458.

38 *Ibidem*, fl. 457f.

39 *Ibidem*, fl. 443.

40 *Ibidem*, fol. 461f.

41 Carta do inquisidor em Goa, Rui Sodrinho de Mesquita, ao Conselho Geral do Santo Ofício, de 24 de Dezembro de 1585. António Baião, *A Inquisição de Goa. Correspondência dos Inquisidores da Índia (1569--1630)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, vol. 2, p. 102.

42 Célia Cristina da Silva Tavares, *Jesuítas e Inquisidores em Goa: A Cristandade Insular (1540-1682)*. Lisboa: Roma Editora, 2004.

43 *Ibidem*.

44 António Baião, *A Inquisição de Goa...*, pp. 329-330.

45 Carta dos inquisidores de Goa ao inquisidor-geral, cardeal Alberto, 2/12/1587, *ibidem*, p. 119.

46 Conseguimos identificar a data precisa porque se trata do ano em que o capitão-mor Jerónimo de Sousa realiza a viagem comercial Macau-Nagasáqui.

47 João Gomes Fayo é referido como capitão de Cranganor em 1607. Raymundo Bulhão Pato, *Documentos Remettidos da India...*, pp. 17, 77, 132.
48 AGN, Inquisición, vol. 237, fol. 457f.
49 AGN, GD61, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 140.
50 *Por çierta briga que ubo en macan no se executo la comision.* AGN, Inquisición, vol. 237, fol. 457f.
51 Fazendo uma estimativa das viagens entre Macau e Goa, o retorno de João Gomes Fayo a Goa aconteceria apenas a partir de 1588.
52 Pelo comerciante Bartolomeu Jorge.
53 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl.140v.
54 Através do apelido foi possível chegar à conclusão que se trata de Damião Gonçalves. AGI, Filipinas, 6, 5, n.º 62. Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China...*, p. 46,
55 AGN, Inquisición, vol. 237, fls. 448.
56 *Estes dous homens tiverão em Macao huã demanda perante o Bispo, plla qual rezão se vierão acolhendo para Japão.* AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 138.
57 AGN, Inquisición, , vol. 237, fl.460f.
58 Joseph Franz Schütte, *Monumenta Historica Japoniae*... p. 403.
59 Testemunho de Francisco Rodrigues Pinto, "e que o dito Jeronimo Pereira Capitão mor, o qual era natural da mesma terra de Ruy Piz lhe dissera a elle testimunha serem xpãos (cristãos) novos", AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl.138v.
60 Testemunho de Manuel Fernandes, "estas tres pessoas erão da beira". Ibidem, vol. 263, exp. 1U, fl. 141. O filho de Rui Perez, António Rodrigues, afirma que nasceu em Viseu. AGN, Real Fisco de la Inquisición, 1599, vol. 8, exp. 9, fl. 264.
61 António João Cruz, "A teia de um crescimento. Viseu do séc. XVI ao séc. XX", in *Programa da Feira Franca de S. Mateus*, Viseu, [s.n.], 1986.
62 BA, Jesuítas na Ásia, Cód. 49-V-3, Francisco Pires S. J., "Pontos do que me alembrar", fl.10.
63 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 138v.
64 *Ibidem*.
65 Josef Franz Schütte, *Monumenta Historica Japoniae*... p. 404.
66 Tacaqui António, no seu depoimento afirma que foram apenas dois anos, no entanto, esta estimativa está incorrecta. Foram na realidade três anos, já que Rui Perez chega na nau de Jerónimo Pereira (1588) e parte depois da chegada do capitão-mor Roque de Melo Pereira (1591). AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 138v.
67 Viagens do capitão-mor Jerónimo Pereira (1588) e do capitão-mor Roque de Melo Pereira (1591).
68 Este casal tinha uma filha chamada Maria que casara com um Guilherme. Não sabemos se era europeu ou japonês. Temos também informação que viviam em Nagasáqui. AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 138v.
69 *Ibidem*, fl. 137v.
70 *Ibidem*, fl. 141v.
71 *Ibidem*, fl. 138.
72 *Ibidem*.
73 *Ibidem*, fl. 140.
74 *Ibidem*, fl. 137v.
75 *Ibidem*, fl. 138.
76 *Ibidem*.
77 *Ibidem*, fl. 140.
78 *Ibidem*, fl. 138.
79 *Ibidem*, fl. 138v.
80 *Ibidem*, fl. 139.
81 "Conhecera bem em Jappão os ditos Ruy Piz e Manuel Fernandez e mais outro seu filho que já estava em Jappão […] por nome Antonio Rodriguez". *Ibidem*, fl. 138v.
82 *Ibidem*, fl. 136.
83 *Ibidem*.
84 *Ibidem*.
85 *Ibidem*, fls. 140v, 141.
86 *Ibidem*, fl. 141.
87 *Ibidem*, fol. 457.
88 *Ibidem*, fol. 458v.
89 AGN, Inquisición, nol. 237, fls. 473v-474f.
90 *Ibidem*, fl. 488.
91 Diego é reconhecido pelo dominicano Francisco Sanchez de Carvajal, que o acusa ao comissário do Santo Ofício, Fr. Diego Muñoz. *Ibidem*, fl. 488.
92 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 141v.
93 James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia...*, p. 80; Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China...*, pp. 52, 53, 145.
94 José Maria Braga, *Jesuítas na Asia.* Macau: Fundação de Macau, 1998, p. 78.
95 AGN, Inquisición, vol. 237, fls. 457-458.
96 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 139v.
97 *Ibidem*, fl.141v.
98 AGN, Real Fisco de la Inquisición, 1599, vol. 8, exp. 9, fl. 265.
99 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fls.137 e 138v
100 *Ibidem*, fl. 140.
101 *Ibidem*, fls. 137 e 138v
102 *Ibidem*, fl. 137.
103 *Ibidem*, fl. 138v.
104 "com quem elle testemunha tinha alguã rezão". *Ibidem*, fl. 138v.
105 *Ibidem*, fl. 139v.
106 *Ibidem*, fl. 140. O cristão-novo Manuel Fernandes confirma este rumor. *Ibidem*, fl. 141.
107 *Ibidem*, fl.140.
108 Juan Ruiz-de-Medina, *s.u.*"Gómez, Pedro", *in* Maria Antónia Espadinha e Leonor Diaz Seabra (org.), *Missionação e Missionários na História de Macau*, Macau, Universidade de Macau, 2005, pp.170-172. Josef Wicki S. J., "Die 'Cristãos-Novos' in der Indischen Provinz der Gesellschaft Jesu von Ignatius bis Acquaviva", *Archivum Historicum Societatis Jesu*, 46, 1977.
109 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 458.
110 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 142.
111 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 444.
112 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 140v.
113 *Ibidem*, fl. 138.
114 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 443v.
115 *Ibidem*, fl. 138
116 *Ibidem*.
117 *Ibidem*, fls. 137v, 139v, 142.
118 *Ibidem*, fl. 140.
119 *Ibidem*, fl. 137v.
120 *Ibidem*, fl. 138.
121 *Ibidem*, fl. 138v.
122 *Ibidem*, fl. 140v.
123 *Ibidem*, fl. 142.
124 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 445v.
125 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fls. 141, 142. AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 445v.
126 Lúcio de Sousa, "As questões militares no comércio entre Macau e Nagasáqui em 1587", *Revista de Cultura*, Macau, 2008, n.º 27, p. 31.
127 Testemunho de Francisco Rodrigues Pinto: "Disse que ouvira dizer a Roque de Melo Capitão mor então da Viagem e a alguns outros purtugueses que porque do Jappão fora acusado o dito Ruy Piz a Macao por comer carne em dias prohibidos o mandavão ir por parte do Sancto Offiçio para Macao". AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U, fl. 139.
128 Testemunho de Jorge Durôis: "E perguntado se sabia a causa porque vierão de Macao para Jappão e daqui se forão para Manilha? Disse que geralmente se dizia que a causa fora porque avendo ley del Rey

que nenhuns xpãos (cristãos) novos passassem a estas parte do Sul, Malaca, China e Jappão". *Ibidem*, fl. 140.

129 *Ibidem*, fl. 138.
130 *Ibidem*.
131 1591.
132 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 446v.
133 Testemunho do escravo Gonçalo Gonzalez. *Ibidem*, fls. 448.
134 Segundo relatariam alguns escravos japoneses, que mais tarde se tornariam propriedade de Martin de Briviesta, receptor do Santo Ofício. *Ibidem*, fl. 446v.
135 *Ibidem*, fl. 446v.
136 *Ibidem*.
137 AGN, Inquisicón, t. 150, exp. 5, fol. 291f. Seymour B. Liebman, *The Jews in New Spain: Faith, Flame, and the Inquisition*. Coral Gables, Fla.: University of Miami Press, 1970, p. 310.
138 Ricardo Escobar Quevedo; Charles Amiel, *Inquisición y judaizantes en América española (siglos XVI-XVII)*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008, p. 95.
139 Eva Alexandra Uchmany, "Entre la Nueva Espana y las Filipinas. Experiencia de algunos cristianos nuevos", in Isabel Truesdell Kelly, Yólotl González Torres, *Homenaje a Isabel Kelly.* México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1989, p. 166.
140 AGN, Inquisicón, t. 150, exp. 5.
141 AGN, Inquisicion, 1593 vol. 223, exp. 28, fol. 136f.
142 AGN, Inquisición, vol. 237, fls. 473v.
143 *Ibidem,* fl. 453v.
144 *Ibidem*, fl. 458v.
145 *Ibidem*, fl. 489v.
146 *Ibidem*, fl. 458v.
147 Testemunho do comerciante português Manuel Luís, natural da cidade do Porto, de 55 anos de idade. *Ibidem*, fl. 460v.
148 Manuel Farias confiara a Diogo Jorge seis fardos de mercadorias, destinados ao México, os quais tinham sido embarcados na nau do Cebu. *Ibidem*, fls. 473v-474f.
149 *Ibidem*, fl. 489v.
150 *Ibidem*.
151 Manuel Gil de la Guardia tinha 33 anos em 1598. AGN, Inquisicion, 1597, vol. 160, exp. 1, fls. 45, 53.
152 *Ibidem*, fl. 72f.
153 *Ibidem*, fls. 72-73.
154 *Ibidem*, fls. 9f, 26v.
155 *Ibidem*, fl. 74v.
156 AGN, Inquisición, vol. 237, fls. 176f, 177f.
157 Francisco de Acosta
158 AGN, Inquisicion, vol. 237, fl. 177f.
159 AGN, Inquisicion, 1597, vol. 160, exp. 1, fl. 10v.
160 *Ibidem*, 142f.
161 Processo de Leonor de Carvajal. *Ibidem*, fl. 20v.
162 *Ibidem*, fl. 9f.
163 *Ibidem,* vol. 162, exp., fls. 10f-11v.; vol. 163, exp., fl. 24f.
164 *Ibidem*, vol. 162, exp., fls. 10f-11v., vol. 163, exp., fl. 24v.
165 AGN, Inquisición 1597, vol. 162, exp., fl.15v.
166 *Ibidem*.
167 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 443.
168 *Ibidem*, fl. 444.
169 *Ibidem*, fls. 444-444v.
170 *Ibidem*, fl. 444v.
171 *Ibidem*, fls. 445-445v.
172 *Ibidem*, fls. 446v-447.
173 *Ibidem*, fl. 448.
174 Em 1597, Gaspar tinha 20 anos (*ibidem*, fl. 451f.). No inquérito de 1599, menciona que tinha sido vendido 14 anos antes (AGN, Real Fisco de la Inquisicion, 1599, vol. 8, exp. 9, fl. 263f). Por isso, estimamos que tivesse oito anos.
175 AGN, Inquisicion, vol. 263, exp. 1 U, fl. 139.
176 AGN, Real Fisco de la Inquisicion, 1599, vol. 8, exp. 9, fl. 263f.
177 AGN, Inquisición, vol. 237, fls.451-452v.
178 *Ibidem*, fls. 454-455.
179 *Ibidem*, fl. 459.
180 *Ibidem*, fl. 458v.
181 *Ibidem*, fls. 473v.
182 *Ibidem*, fl. 453v.
183 *Ibidem*, fl. 458v.
184 *Ibidem*, fl. 489v.
185 *Ibidem*, fl. 467.
186 AGN, Inquisición, vol. 8, exp. 9, 1599, fl. 270f.
187 AGN, Indif., Virreinal, caja 6596, exp. 138, s.f.
188 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 436f.
189 *Ibidem*, fl. 453v.
190 *Ibidem*, fl.458v.
191 *Ibidem*, fls. 473v-474f.
192 *Ibidem*, fl. 436f.
193 *Ibidem*, fl. 439f.
194 *Ibidem*, fl.4 40f.
195 No documento aparece o outro dos seus nomes: Francisco Rodrigues.
196 AGN, Inquisición, vol. 237, fls. 446-446v.
197 *Ibidem.*
198 *Ibidem*, fl. 447
199 AGN, Inquisición, 1601, vol. 263, exp. 1U.
200 AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 436f.
201 AGN, Indif. Virreinal, caja 6596, exp. 138, s.f.
202 Deve ter nascido entre 1577 se verificarmos que, na lista de mercadorias de Rui Perez, ele é mencionado como tendo 20 anos. AGN, Inquisición, vol. 237, fl. 467.
203 Com estas informações, chegámos à conclusão que este documento teria sido realizado em finais de 1601 ou início de 1602. É igualmente possível identificar que Miguel Jerónimo tinha vendido os seus serviços a Rui Perez entre finais de 1594 e inícios de 1595.
204 AGN, Inquisición, vol. 192, exp. 6, 1590.
205 AGN, Civil, vol. 2149, exp. 7, 1606.
206 AGN, Inquisición, vol. 289, exp. 9, B.
207 AGN, Real Fisco de la Inquisición, 1599, vol. 8, exp. 9, fl. 263.
208 *Ibidem*, fl. 270f.
209 *Ibidem*, fl. 265.
210 *Ibidem*, fls. 266-267.
211 Outro procurador neste processo era Juan Perez.
212 AGN, Real Fisco de la Inquisición, 1599, vol. 8, exp. 9, fl. 268.
213 *Ibidem*, fl. 270v.